

Política

Formada para atuar por 30 dias, comissão afirma que pela complexidade do tema, discussões devem ocorrer só em agosto; governo quer enviar projeto em julho

Proposta não deve ser finalizada neste mês

PREVIDÊNCIA

Fernando Barbosa
São Paulo
fernando.barbosa@dci.com.br

●Apesar da pressa do governo em criar um grupo de trabalho e estabelecer o prazo de um mês para a formulação de propostas para a reforma da Previdência, os sindicalistas afirmam que a discussão ficará para o segundo semestre.

Quatro centrais sindicais têm dialogado permanentemente com ministros do governo interino de Michel Temer (PMDB) sobre o assunto. Eles entendem que agora o foco será barrar o projeto de terceirização que está no Senado (*veja ao lado*).

“Eu acho muito difícil nós tomarmos uma decisão neste semestre. É um tema complexo, que exige muito debate”, afirmou o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah.

Segundo ele, o governo demonstrou “sensibilidade” ao recuar em alguns temas críticos aos sindicalistas, como a possibilidade de idade mínima e paridade entre homens e mulheres.

“Existia um processo de estabelecer confiança nas interlocuções. O governo mostra que não vai mexer nos direitos dos trabalhadores e nos pegar de surpresa, o que



DIVULGAÇÃO

Atual texto da terceirização é pauta-bomba, afirma Ricardo Patah

nos deixou mais tranquilos”, acrescentou Patah.

No entanto, a intenção do governo, segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, é enviar ao Congresso uma proposta para a Previdência até julho, antes da decisão sobre o processo de *impeachment*.

“O que foi proposto [pelas centrais] não cobrirá o buraco. O tamanho do buraco varia do peso que vai ser dado a cada uma das hipóteses de arrecadação que foram propostas”, afirmou Padilha após reunião com as centrais UGT, Força Sindical, Nova Central e CSB na última segunda-feira (13).

Segundo ele, algumas receitas extraordinárias serão resul-

tado da proposta dos sindicalistas, “mas não se faz mágica nesse tema. O sistema tem que ser autossustentável”.

Durante pouco mais de um mês no cargo, o recém-emposado ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, já visitou as sedes da UGT, Força Sindical, Nova Central e CSB. CUT e CTB, que são mais identificadas com PT e PCdoB, se recusam a dialogar com o ministro.

Em entrevistas, Nogueira prometeu diálogo em possíveis reformas. “O governo não vai mexer em nenhum direito dos trabalhadores. Direito não se revoga, direito se aprimora”, afirmou o ministro em plenária da Força Sindical.

Contra o PLCS, presidentes das centrais devem discutir tema nos próximos dias; Paim fará audiências

Sindicalistas querem derrubar a terceirização

SENADO

Fernando Barbosa
São Paulo
fernando.barbosa@dci.com.br

●Os presidentes das principais centrais sindicais devem se reunir nos próximos dias para debater o projeto de terceirização que está no Senado. A ideia é derrubar o texto e apresentar um substitutivo.

Eles acreditam que o Projeto de Lei Complementar atual (30/2015) é prejudicial aos trabalhadores, já que amplia as possibilidades das empresas fazerem contratações por meio da terceirização.

“Um dos temas-bomba que existem atualmente é o texto da terceirização que tramita no Senado. A nossa ideia é que seja recomposta [a terceirização] até a atividade-meio, e não até a atividade-fim, com mais exigência para que não ocorra fraudes”, declarou o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah.

Segundo Patah, o objetivo é apresentar um novo projeto a partir das recomendações de do senador Paulo Paim (PT-RS), que é o relator do texto e contra o atual projeto.

De acordo com Paim, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), tam-

bém é a favor da formulação de um novo texto.

“Ele [Renan] quer regular a situação dos 13 milhões que são terceirizados. Não é para terceirizar a atividade-fim, mas para regular quem já é terceirizado”, afirmou o petista ao DCI.

Paim disse ter conversado com Renan ontem e que formulará uma nova proposta a partir de seu relatório de audiências públicas que fará nas cinco regiões do País.

No ano passado, o senador do PT fez audiências públicas nos 26 estados brasileiros mais a capital federal para debater o tema. Agora, fará novos debates – desta vez o tema incluirá a CLT, o negociado sobre o legislado, a reforma da Previdência e trabalho escravo.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, não se pode misturar “o joio com o trigo”. “Faz muito tempo que se discute a terceirização. Não podemos permitir, em nenhuma hipótese, a desregulamentação das leis trabalhistas”, disse.

Nas reuniões com os sindicalistas, Renan se mostrou contra a ampliação da terceirização quando o projeto foi aprovado na Câmara, em abril de 2015. Para ele, a proposta atual “exigiria um novo modelo de desenvolvimento”.

Machado diz em delação que Temer pediu recursos ilícitos

LAVA JATO

●Em sua delação premiada na Lava Jato, o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado listou os nomes de 20 políticos que teriam recebido propinas no esquema de corrupção na subsidiária da Petrobras e também o presidente em exercício Michel Temer (PMDB).

Segundo Machado, Temer teria pedido a ele recursos ilícitos para a campanha de Gabriel Chalita (PMDB) à Prefeitura de São Paulo em 2012.

Segundo o delator, todos os políticos citados “sabiam” do funcionamento do esquema de corrupção capitaneado por ele na estatal e “embora a palavra propina não fosse dita, esses políticos sabiam que não obteriam dele doação com recursos próprios, enquanto pessoa física, nem da Transpetro, e sim de empresas que tinham relacionamento contratual com a Transpetro”. Nenhuma das doações solicitada por ele às empresas era lícita.

De acordo com Machado, empreiteiras que mantinham

contrato com a estatal realizavam pagamentos mensais de propinas para políticos, parte por meio de entrega de dinheiro vivo e parte por meio de doações oficiais como forma de garantir os contratos com a estatal que era área de influência do PMDB. O delator assumiu a presidência da estatal em 2003, por indicação do presidente do Senado Renan Calheiros, dos senadores Jader Barbalho, Romero Jucá e Edison Lobão e do ex-presidente José Sarney, todos da cúpula do PMDB e que foram beneficiados com propinas do esquema.

Ele admitiu ainda que administrava a estatal visando “extrair o máximo possível de eficiência das empresas contratadas pela estatal, tanto em qualidade quanto em preço” e que outros políticos, além dos responsáveis por sua indicação ao cargo, também se beneficiaram do esquema criminoso. Ao firmar acordo de delação na Lava Jato, o ex-diretor da Transpetro, Sérgio Machado, se comprometeu a devolver R\$ 75 milhões aos cofres públicos. /Estadão Conteúdo

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico GESUP.F 1.015/2016

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB tornam público que, com base na Lei n.º 10.520 de 17/07/2002, Decreto 3.555 de 08.08.2000, Decreto 5.450 de 31.05.2005 e Lei 8.666 de 21.06.93, com as redações atuais que lhes foram dadas pelas legislações supervenientes, promoverão uma sessão pública na modalidade Pregão Eletrônico, que será realizada por meio da internet mediante condições de segurança - criptografia e autenticação constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A., www.licitacoes-e.com.br, com a entrega de proposta até o dia 28 de junho 2016, às 10 horas, e a sessão de disputa de preços no mesmo dia, às 11 horas, visando à contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos com motorista, serviço de transporte de empregados da INB e pessoas autorizadas, dentro do estado do Rio de Janeiro, com eventuais deslocamentos a outros estados, em substituição ao CT 3/10/017, em conformidade com o Termo de Referência. Os documentos de licitação, o Termo de Referência e quaisquer outras informações necessárias ao fornecimento constam do edital e poderão ser obtidos pelos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

**MARLON FAGUNDES PEREIRA
PREGOEIRO**

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A

RESULTADO DE JULGAMENTO

Pregão Eletrônico GESUP.F 1.018/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 109 da Lei 8.666/93, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB tornam público que a empresa GERAENERGY COM MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICAS LTDA - ME foi considerada vencedora no resultado final de julgamento da proposta apresentada ao Pregão Eletrônico acima mencionado cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de manutenção preventiva em todos os componentes, instrumentos, equipamentos e sistemas que compõem a subestação principal, nível de tensão de 138 kV e 13,8 kV, bem como para a manutenção corretiva em dois disjuntores de 13,8 kV e um de 138 kV, na Unidade de Tratamento de Minérios – UTM das Indústrias Nucleares do Brasil S.A., situadas em Caldas – MG, em conformidade com o Termo de Referência.

**MARLON FAGUNDES PEREIRA
PREGOEIRO**